

Atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva

Performance of the school psychologist in inclusive education

Desempeño del psicólogo escolar en la educación inclusiva

Angélica Regina Schmengler¹

<https://orcid.org/0000-0001-5183-2999>

Gabriele Marchionatti Fontoura²

<https://orcid.org/0000-0001-6294-585X>

Roberta Pizzolotto³

<https://orcid.org/0000-0001-5076-2562>

Sílvia Maria de Oliveira Pavão⁴

<https://orcid.org/0000-0002-5365-0280>

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: angelicaR.schmengler@gmail.com.

² Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: gmffontoura@gmail.com.

³ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: robertapizzolotto19@gmail.com.

⁴ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: silviamariapavao@gmail.com.

Resumo

Esta pesquisa é oriunda de discussões realizadas na academia sobre as práticas pertinentes à educação inclusiva. O objetivo consistiu em verificar o papel do psicólogo escolar na inclusão de alunos público alvo da Educação Especial. A pesquisa se delimita como qualitativa, exploratória e do tipo bibliográfica. Para embasar as reflexões apresentadas, recorreu-se a referências sobre a Psicologia Escolar, além de documentos legais, como as políticas públicas. A busca foi realizada, por meio digital, em periódicos das áreas da Educação e da Psicologia, nas publicações em periódicos de relevante nível de impacto classificados no país como Qualis A2 e B1, que discorrem sobre a atuação da Psicologia Escolar em contexto educacional inclusivo. Os achados apontaram que o psicólogo escolar tem papel relevante no processo inclusivo, de modo a atuar em diferentes espaços e níveis de escolarização, podendo contribuir com suas práticas para a orientação aos professores, aos alunos e a toda a comunidade escolar. O número de publicações revelou a necessidade de ampliação e publicação de pesquisas. Ao concluir-se que os ganhos dessa atuação são expressivos tanto



para o movimento inclusivo quanto para todos os agentes envolvidos, urge divulgar esse trabalho e reivindicar a presença do psicólogo escolar nas instituições educacionais.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Educação Inclusiva. Educação Especial. Revisão Bibliográfica.

Abstract

This research comes from discussions, carried out in the academy, about relevant practices for inclusive education. The aim was to verify the role of the School Psychologist for the inclusion of target audience students of Special Education. It is defined as qualitative, exploratory, bibliographic research. To support the reflections presented, references to School Psychology were used, in addition to legal documents, such as public policies. A search was carried out by digital means, in journals in the area of Education and Psychology, in productions with Qualis A2 and B1, which discuss the performance of School Psychology in an inclusive educational context. The findings showed that the School Psychologist has a relevant role in the inclusive process, in order to act in different spaces and levels of schooling. The school psychologist can contribute with its practices, in the orientation of teachers, students and the entire school community. The number of publications revealed the need to expand and publish research. When concluding that the gains of this action are expressive, whether for the inclusive movement, as for all the agents involved, it is urgent to publicize this work and claim the presence of the school psychologist in educational institutions.

Keywords: School Psychology. Inclusive Education. Special Education. Literature Review.

Resumen

Esta investigación há surgido de discusiones realizadas en la academia sobre prácticas relevantes para la educación inclusiva. El objetivo há sido verificar la función del Psicólogo Escolar para la inclusión de estudiantes del público objetivo en la Educación Especial. Se define esta investigación como cualitativa, exploratoria y bibliográfica. Para apoyar las reflexiones presentadas, se utilizaron referencias a la Psicología Escolar, además de documentos legales, como políticas públicas. Se realizó una búsqueda por medios digitales, en revistas de las áreas de Educación y Psicología, en producciones calificadas como Qualis A2 y B1, que discutan el desempeño de la Psicología Escolar en un contexto educativo inclusivo. Los hallazgos mostraron que el Psicólogo Escolar tiene una función relevante en el proceso inclusivo, como para actuar en diferentes espacios y niveles de escolaridad. El psicólogo escolar puede contribuir con sus prácticas, en la orientación de docentes, estudiantes y de toda la comunidad escolar. El número de publicaciones reveló la necesidad de ampliar y publicar las investigaciones. Al concluir que los logros de esta acción son expresivos, ya sea para el movimiento inclusivo, como para todos los agentes involucrados, urge dar a conocer este trabajo y reivindicar la presencia del psicólogo escolar en las instituciones educativas.

Palabras clave: Psicología Escolar. Educación Inclusiva. Educación Especial. Revisión Bibliográfica.

1 Introdução

Muitas vezes, ao se pensar em escola e inclusão, vem à mente a atuação do professor da sala regular e do educador especial, sendo que, esse último, dependendo do contexto de referência do espaço inclusivo, possui formação específica para atuar com o público-alvo da Educação Especial. Porém, esses não são os únicos responsáveis pela atuação nas escolas, de forma que diferentes profissionais podem desenvolver suas ações em espaço escolar inclusivo.

Esse trabalho multiprofissional pode contribuir para as trocas dialógicas, bem como para a busca colaborativa por estratégias que visem o melhor para os educandos, sendo esses com ou sem deficiência. Atualmente, com a discussão acirrada sobre a inclusão escolar, além dos desafios para sua efetivação, problematiza-se a busca por um trabalho em equipe e a ação de diversos agentes educacionais nas instituições de ensino (BENITEZ; DOMENICONI, 2015).

Nesta escrita, o foco da reflexão está em torno do trabalho do psicólogo dentro dos muros da escola, compreendendo-se que o binômio saúde e educação pode andar de mãos dadas, em prol de uma educação inclusiva mais efetiva. Para tanto, precisamos trazer a diferenciação entre Psicologia Educacional, Psicologia da Educação e Psicologia Escolar. A Psicologia Educacional pode ser considerada como uma subárea da Psicologia. Entende-se que essa possui um *corpus* de saberes organizado e sistêmico, os quais foram produzidos e apoiados em procedimentos definidos, sendo referentes a determinados fenômenos da realidade e fundamentados em concepções ontológicas, epistemológicas, metodológicas e éticas determinadas. A Psicologia da Educação deve ser entendida como uma área de conhecimento, a qual tem como tendência a produção de saberes relacionados ao fenômeno psicológico que se constitui no processo educativo. A Psicologia Escolar, por sua vez, é definida pelo campo profissional, referindo-se ao processo de escolarização e tendo por objeto a escola e as relações que aí se estabelecem. Fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação, pelas demais subáreas da Psicologia e por outras áreas de conhecimento (ANTUNES, 2008).

O Conselho Federal de Psicologia do Brasil enviou ao Ministério do Trabalho, em 17 de outubro de 1992, as atribuições dos cargos dos profissionais da Psicologia, incluindo as definições sobre a atuação do psicólogo escolar, ao qual compete:

“Auxiliar na mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se às dimensões política, econômica, social e cultural. [...] Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992, p. 5).

Em nosso país, a atuação do psicólogo escolar caminhou juntamente com o desenvolvimento da Psicologia como área da ciência, com sua prática sendo centrada principalmente na Psicometria e no desenvolvimento de intervenções clínicas individuais. A causa dos problemas educacionais estava centrada no aluno, sendo que não eram considerados como fatores as questões-sociais, econômicas, políticas, institucionais, históricas e pedagógicas. (CASSINS e COLS, 2007). A ação desse profissional tinha por objetivo central resolver o temido “fracasso escolar”, buscando-se consertar a criança e adaptá-la ao contexto escolar. O psicólogo escolar avaliava as crianças, objetivando indicar em quais áreas apresentavam dificuldades (BARBOSA e MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Embora a atuação do psicólogo escolar tenha se modificado ao longo dos anos, ainda apresenta algumas problemáticas, tanto no que se refere ao sistema educacional brasileiro quanto na formação oferecida àqueles futuros profissionais da Psicologia que optarem por atuar no campo da educação. A graduação em Psicologia é um tanto deficiente e não contempla as especificidades presentes nos processos educacionais e no contexto escolar (GUZZO, 2002; GUZZO, COLS, 2010).

De acordo com a Resolução nº 013/07, do Conselho Federal de Psicologia (2007), cabe ao psicólogo escolar ocupar-se de um amplo leque de possibilidades que se referem diretamente ao âmbito do ensino-aprendizagem, tanto em seu contexto formal (escola, instituições de ensino, etc.) quanto no informal (organizações não governamentais, empresas etc.). O psicólogo escolar/educacional trabalha os processos educacionais que acontecem tanto com crianças e adolescentes quanto com pessoas adultas ou mais maduras.

Contudo, atualmente, as atribuições desse profissional ainda são bastante desconhecidas, o que reforça a necessidade de se dissertar sobre o tema. Tal prerrogativa foi apontada por Souza (2007), ao afirmar que, no campo da psicologia escolar e educacional, há um movimento para se superar os modelos da psicologia tradicional, procurando formas de

proximidade com a escola. Ao mesmo tempo, nos últimos vinte anos, vêm-se buscando novas bases teórico-metodológicas que superem os modelos clínico-individuais, e que partam da necessidade de se conhecer a realidade escolar, evidenciando-se os processos que acontecem no dia a dia da escola e no fazer docente, a fim de articulá-los com as dimensões políticas, sociais, institucionais e pessoais. Nesse desdobramento, almeja-se levar-se à percepção e compreensão da escola que se tem, e não àquela que se encontra idealizada.

Tendo-se por referência que as discussões sobre inclusão podem ser consideradas recentes, além de que a preocupação em se aproximar a saúde com a educação demonstra-se intensificada no cenário atual, abordam-se os seguintes questionamentos: Qual é o papel do psicólogo no espaço escolar? Em que medida o psicólogo escolar pode contribuir para a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial?

Vygotsky (2005, 2011) contempla essa discussão com a relação indivíduo/sociedade, interação dialética entre o ser humano e o seu meio sociocultural, de modo que o desenvolvimento e a aprendizagem estão relacionados desde o nascimento. Em sua teoria, assevera que a aprendizagem não acontece apenas no instante em que o sujeito se insere no espaço escolar, já se iniciando desde os primeiros dias de vida, por meio da interação da criança com o meio (VYGOTSKY, 2005). Esse entendimento do ser humano como ser social também é concebido por Piaget, que traz a importância das trocas dos adultos ou de crianças mais velhas com as crianças mais novas, pois são essas trocas que possibilitam o desenvolvimento infantil, sendo que a criança pequena segue as regras dos mais velhos (PIAGET, 1994), para, posteriormente, seguir as suas próprias.

Dessa forma, o ser humano é definitivamente social, não podendo ser visto nem viver isoladamente, pois, de alguma forma, será influenciado pela cultura ou pela sociedade nas quais está inserido (LA TAILLE, 1992). Seguindo essa perspectiva interacionista, Wallon (1989) compreende que o homem é um ser psíquico/social e, ainda, orgânico, já que o pensamento da criança, e também do adulto, não é fixo, imutável e definitivo. Conforme a fase de vida em que se encontra, as suas verdades mudam, determinando o “conflito que a verdade nova liberta-o da antiga” (p. 505). Suas obras trazem a afetividade como sendo determinante na construção do desenvolvimento humano, de modo que o lugar que as emoções ocupam na fase infantil são fundamentais para a vida adulta, sendo que essas emoções auxiliam a manter os padrões determinados pela cultura, pela sociedade e pelo meio no qual está inserido. (WALLON, 1989).

Em relação a isso, Anache (2007) afirma que as teorias interacionistas trazem a necessidade de construção de novos caminhos para uma educação inclusiva. O psicólogo, desse modo, poderia, em conjunto com professores, crianças, escola e família, contribuir na descoberta de formas que beneficiem a organização e reorganização do aluno no processo educativo, para que esse não seja somente incluído, mas que faça parte do seu processo escolar e da comunidade escolar. Na tentativa de suprir os questionamentos iniciais, guiando-se na busca por respostas, traçaram-se os objetivos e as estratégias norteadoras deste trabalho.

2 Percursos Metodológicos: o delinear do estudo

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (1994, p. 22), “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. No que se refere a sua natureza, a pesquisa é do tipo exploratória, que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” Gil (2008, p. 27). O estudo também se caracterizou como bibliográfico, o qual, segundo Gil (2010), tem como principal característica o aporte em materiais já publicados. Neste trabalho, utilizaram-se bases de dados como periódicos e revistas, buscando-se publicações, acerca da temática de pesquisa, produzidas nos últimos cinco anos.

Para contemplar o objetivo do estudo, que consistiu em verificar o papel do psicólogo escolar para a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial, foi realizada uma busca, na base de dados SCIELO, por periódicos voltados à área da educação, da educação especial e da Psicologia Escolar. Foram selecionados aqueles que possuíam Qualis A2 e B1, com período de avaliação 2013-2016, que traziam a temática da Educação Inclusiva e da Psicologia Escolar. Essa escolha teve como critério a compreensão de que esses Qualis são de relevante impacto acadêmico para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, foram escolhidas as seguintes revistas: “Revista Brasileira de Educação Especial”, vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial do Rio de Janeiro; “Psicologia: Ciência e Profissão”, sob a responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia; “Psicologia em Estudo”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá; “Psicologia Escolar e Educacional” da

Universidade Federal de Uberlândia. Ao longo da procura por artigos, foram utilizados indexadores que contemplassem a temática investigada, sendo estes: “psicologia escolar e educação inclusiva”; “psicólogo e inclusão escolar”; “psicologia e inclusão escolar”; “psicologia e processo educativo inclusivo”.

Como critério de inclusão/exclusão dos artigos, optou-se por aqueles que apresentassem em seu título palavras relacionadas à saúde e educação e/ou psicologia escolar/psicólogo e educação inclusiva. Foram analisados também os resumos, sendo que esses deveriam apresentar seus conteúdos relacionados à psicologia escolar e à inclusão. Os dados obtidos foram verificados por intermédio da análise qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013), compreendendo-se que, nesse tipo de análise, é realizado o agrupamento das informações relevantes que atendam ao objetivo do estudo.

3 Psicologia escolar: premissas e atuação profissional em contexto inclusivo

A Psicologia Escolar é uma abordagem teórica que vem ganhando destaque nos espaços de interlocuções acadêmicas. É inegável que a atuação do psicólogo, nos contextos escolares, é cada vez mais necessária, sendo, inclusive, defendida por meio de um projeto de lei. Esse projeto encontrava-se em trâmite, no poder legislativo nacional, desde o ano de 2011, tendo sido aprovado no ano de 2019, transformando-se na Lei 13.935/2019 (BRASIL, 2019). Entretanto, por que o papel desse profissional é tão importante dentro da escola? Qual é seu ofício nessas instituições educacionais? De que forma o psicólogo escolar pode contribuir com os profissionais da educação? Qual relação é promovida entre saúde e educação ao se ter um psicólogo escolar nas escolas? De que forma esse profissional pode contribuir com a educação inclusiva?

Esses questionamentos podem ser comuns aos dos leitores, sendo, por isso, que os mesmos são tecidos e amarrados nesse texto, no intuito de contribuir nesse entendimento. Definir um conceito fechado, talvez, não seja tão fácil, pois, conforme Barbosa e Marinho-Araújo (2010), são diversas e divergentes as discussões sobre o papel do psicólogo dentro das instituições de ensino, devido ao processo histórico que envolve essa atuação. Dentre essas abordagens, está a compreensão de que a Psicologia Escolar foi originária da necessidade de “corrigir” os problemas de aprendizagem (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Para auxiliar na elucidação dos questionamentos, é possível verificar, no site da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABPEE), que foi criada em 1990, algumas informações plausíveis sobre essa atuação profissional. Dentre os distintos temas de estudo e enfoque do psicólogo escolar, encontra-se a inclusão de pessoas com deficiência (ALMEIDA, 2011).

Maluf (1994) exprime que, no contexto escolar, o profissional da Psicologia fornece um olhar psicológico sobre a realidade e as relações na escola. A partir desse olhar, auxilia na melhoria desses cenários e dos processos educativos, mediando as relações sociais da instituição e colaborando no processo de ensino e aprendizagem, o que possibilita, em conjunto com outros profissionais na escola, mudanças no meio escolar. Desse modo, podemos observar que há oposição às visões que podem levar à “culpabilização” e à “psicologização” da aprendizagem e suas possíveis dificuldades. De posse do conhecimento de que a aprendizagem depende de uma interação complexa e contínua entre a hereditariedade e o meio ambiente, as causas da dificuldade de aprendizagem podem ser inúmeras e multifacetadas, não cabendo delegá-las a um único fator. Nos dias atuais, são recorrentes as falas de professores e demais agentes educacionais sobre a demanda pela atuação do psicólogo no ambiente escolar, devendo-se isso, talvez, ao fato de esse profissional ter como um de seus objetivos “defender os direitos do indivíduo no atendimento de suas necessidades educacionais e promover seu desenvolvimento” (DIAS; PATIAS; ABAID, 2014, p. 108).

A evolução na atuação do psicólogo vem permitindo uma transformação do modelo clínico de atendimento, passando-se a uma atuação mais ativa, que envolve todo o cenário educacional. Assim sendo, essa atuação passou a considerar “a participação do psicólogo escolar na formação de professores e na elaboração do projeto político pedagógico da escola” (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 396).

4 Educação Inclusiva: das políticas públicas às terminologias do Público-Alvo da Educação Especial

A preocupação em incluir, notadamente observada nos dias atuais, nem sempre esteve presente na sociedade. Em contraponto a essa realidade, a história da Educação Especial evidencia, em cada período histórico analisado, cenários de exclusão em relação àqueles vistos como diferentes ou que fugiam dos padrões impostos pela sociedade. Considera-se

como marco da educação inclusiva o período compreendido pela década de 90, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Por meio da luta das pessoas com deficiência pelos seus direitos, esses encontros/conferências resultaram em documentos que passaram a subsidiar as ações voltadas para esse público, impulsionando práticas inclusivas.

Em relação à política de inclusão, pode ser mencionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 1961, a qual já expunha que “a educação é direito de todos” (BRASIL, 1961), além de mencionar a educação das pessoas excepcionais, termo esse que, devido ao seu significado pejorativo, não é mais utilizado no meio educacional. Ao ser atualizado pela LDBEN, de 1971, o documento novamente explicita o atendimento aos deficientes, acrescentando também os alunos superdotados, sendo esses últimos denominados, atualmente, como pessoas com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1971). Dando continuidade à década de 1970, tem-se a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, que abordou a proibição de discriminação das pessoas com deficiências (BRASIL, 1978).

Quanto à década de 1980, recorre-se à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), sendo que essa última discorre sobre a educação do público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares. Já nos anos 1990, o poder público se posiciona, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse acesso ao AEE é ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que também garantia a terminalidade específica aos alunos com deficiência, bem como o direito ao processo de aceleração aos estudantes com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1996). Compreende-se que ao abordar a inclusão, remete-se à Educação Especial, considerada pelo Decreto n.º 3.298, de 1999, como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1999, p. 8).

Após os referidos documentos, outras políticas inclusivas foram surgindo, como a Lei de Acessibilidade, de nº 10.098, de 2000 (BRASIL, 2000); o Plano Nacional de Educação e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001 (BRASIL, 2001). Dentre esses, é preciso exaltar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que é considerada um dos mais importantes documentos

legais sobre inclusão. Nessa lei, o público da Educação Especial é definido como “pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008).

Optou-se, neste momento, por trazer o conceito de cada uma dessas terminologias conforme a legislação brasileira. Dessa forma, iniciando pelo significado de deficiência, pode ser considerada pessoa deficiente quem “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 1). Por conseguinte, as deficiências são classificadas em deficiência física, deficiência mental/intelectual, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência múltipla.

Quanto à denominação Transtornos Globais do Desenvolvimento, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, reporta-se a “aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo” (BRASIL, 2008, p. 9). Logo, estão nessa classificação alunos com autismo, com psicose infantil e com transtorno do espectro do autismo.

Por fim, as altas habilidades/superdotação são descritas como “potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas”, sendo essas últimas do interesse do aluno (BRASIL, 2008, p. 9).

Ressalta-se, ainda, que outras políticas existentes não foram mencionadas, por serem menos relevantes para o foco deste estudo. Nessa perspectiva, fica evidenciado que há um suporte legal que “protege” os direitos daqueles considerados incluídos. Contudo, é preciso que os textos expostos nas leis, decretos e portarias, cumpram-se cotidianamente das instituições escolares. Para que se possa ter certeza de que está sendo efetivado na prática o que consta na legislação, faz-se importante o desenvolvimento de pesquisas científicas que visam a inserção e a observação desses contextos ditos inclusivos.

5 Produções em periódicos nacionais: psicologia e inclusão em foco

Durante o mês de outubro de 2019, ocorreu a busca por artigos publicados nas seguintes revistas: Revista Brasileira de Educação Especial; Psicologia: Ciência e Profissão; Psicologia em Estudo e Psicologia Escolar e Educacional, conforme já descrito na metodologia do estudo, sendo encontrado um total de nove produções. Ao se ler os resumos dos artigos, constatou-se que esses abordavam relatos de experiências da prática da inserção da Psicologia nas escolas, como a percepção dos professores sobre o trabalho do psicólogo escolar no processo inclusivo, além de trabalhos sobre as ações desenvolvidas em disciplina de Psicologia da Educação em torno do público-alvo da Educação Especial.

O material foi analisado considerando-se os critérios de inclusão e exclusão da metodologia, além dos dados principais, como título, ano de publicação, autores e resumo, os quais foram estruturados em quadros. Cada descritor utilizou possibilitou a organização de um quadro representativo das informações alcançadas, optando-se por colocar apenas as informações dos periódicos nos quais foram encontradas produções.

Primeiramente, utilizou-se o descritor “psicologia escolar e educação inclusiva”, o que levou ao encontro de três publicações, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Descritor: psicologia escolar e educação inclusiva.

| PERIÓDICOS | REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL | PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL |
|---------------------------|--|--|
| Qualis: | A2 | A2 |
| Número de artigos: | 1 | 2 |
| Título/Ano de publicação: | Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores (2018) | Na essência somos iguais, na diferença nos respeitamos: Estágio em Psicologia Escolar (2018) |
| Autores: | FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C. | CHAVES, J. R.; SILVA, P. F. da; CAVALCANTE, A. C. S. |
| Resumo: | Esta pesquisa objetivou analisar a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente à Educação Inclusiva. A metodologia utilizada foi | Este artigo relata uma experiência de estágio em Psicologia Escolar, envolvendo alunos de educação infantil em uma escola da rede privada de ensino da cidade de |

| | | |
|---------------------------|---|--|
| | <p>qualitativa, do tipo exploratório-descritiva. Os participantes foram dez psicólogos escolares que atuavam em instituições privadas de ensino. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semiestruturada. O procedimento de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos implicaram em três categorias: demandas inclusivas direcionadas ao psicólogo escolar; atividades desenvolvidas pelo psicólogo escolar junto aos professores; resultados da atuação do psicólogo escolar junto aos professores. Os resultados evidenciados foram os seguintes: existência de demandas inclusivas comportamentais, acadêmicas e de manejo familiar direcionada pelo professor ao psicólogo escolar; desenvolvimento de práticas profissionais tanto de cunho resolutivo como preventivo pelo psicólogo escolar; atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente à Educação Inclusiva sendo percebida como benéfica, principalmente no que se refere a aspectos de evolução do aluno, de mudanças atitudinais dos professores e de diminuição de demandas direcionadas ao Serviço de Psicologia Escolar.</p> | <p>Teresina, Piauí. A partir das observações participantes e escuta ativa dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, percebeu-se a necessidade de trabalhar - em uma perspectiva de promoção de saúde e orientação - a temática da educação inclusiva e diferenças individuais. Para tanto, foram realizadas quatro atividades de caráter lúdico, juntamente a roda de conversa, preconizando pela linguagem adequada à idade destas. Ao final, foi possível perceber uma produção de sentidos e troca de experiências a partir das potencialidades e conhecimentos trazidos pelos alunos.</p> |
| Título/Ano de publicação: | | A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva (2016) |
| Autores: | | SILVA, C. C. B. da; MOLERO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. |
| Resumo: | | A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva preconiza a articulação entre serviços de saúde e educação para |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>atendimento a necessidades educacionais especiais. A partir dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é refletir sobre problemas relatados por educadores que concretizam esta política, sobretudo no que concerne às inter-relações entre saúde e educação. Para isso, são apresentados resultados de uma pesquisa em que foram entrevistadas oito professoras da rede pública municipal de Santos (SP) que ensinavam alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento. As entrevistas abordam uma insuficiência de articulação entre as duas áreas, permanecendo a saúde na posição de saber especializado supostamente capaz de sanar as mazelas da educação, o que fortalece processos de patologização e soluções medicalizantes, evitando, assim, o questionamento e rearranjo de práticas educacionais. O artigo aponta para a necessidade de uma efetiva colaboração entre saúde e educação, em que ambas conservem suas especificidades e se enriqueçam reciprocamente.</p> |
|--|--|--|

Fonte: Autoras.

O texto "Na essência somos iguais, na diferença nos respeitamos": Estágio em Psicologia Escolar', da revista Psicologia Escolar e Educacional, tem autoria de Chaves; Silva e Cavalcante (2018). As autoras trazem, em forma de relato, a prática de estágio em Psicologia Escolar com alunos da educação infantil de uma escola privada de Teresina. No estudo, foi evidenciado o trabalho realizado sobre as diferenças, numa perspectiva de saúde e inclusão, por meio de contação de história com fantoches, filme, conversa com as crianças e o envolvimento dos familiares. As autoras denotaram que o lúdico possibilita envolver as crianças, as quais demonstraram curiosidade, além de que a Psicologia Escolar pode contribuir no espaço educacional, contemplando a promoção da saúde.

O relato potencializa a afirmativa que, desde a tenra idade, é imprescindível trabalhar as diferenças e o respeito pelo próximo junto às crianças. Conforme verificado pelo estudo,

muitas crianças interagiram e demonstraram interesse pelo assunto, dando retorno significativos. A atuação descrita na educação infantil ratifica a ideia de que esse profissional pode contribuir com os diferentes níveis educacionais, bem como a informação de que a Psicologia Escolar “é marcada por um modelo interventivo interdisciplinar, orientado à prevenção e à promoção do desenvolvimento” (OLIVEIRA; DIAS, 2016, p. 83).

O artigo “A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva”, da supracitada revista, teve como proposta discorrer sobre a percepção dos professores, da rede municipal de educação de Santos/SP, em torno da relação entre educação e saúde. A par disso, dissertava sobre as expectativas a respeito da contribuição de diferentes profissionais da área da saúde, dentre eles o psicólogo, para a inclusão escolar. Teve como base o que está preconizado, sobre a perspectiva da Educação Inclusiva, na Política Nacional de Educação Especial. Por meio de entrevistas com oito professores, que atuavam com crianças com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, os autores (CARLA; MOLERO e ROMAN, 2016) averiguaram que, na prática, há o distanciamento entre as duas áreas. Essa constatação se aproxima de Dias, Patias e Abaid (2014), quando afirmam que alguns dos profissionais da Psicologia atuam de forma não compatível com a demanda, além de ainda haver, por parte de professores e familiares, o desconhecimento sobre o trabalho desse profissional.

Outro artigo encontrado, intitulado “Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores”, da Revista Brasileira de Educação Especial, abordou o trabalho do psicólogo escolar junto aos professores que atuam com a educação inclusiva no município de Teresina/PI. O estudo é oriundo de entrevistas semiestruturadas, com a participação de dez psicólogos escolares atuantes em escolas privadas do supracitado município. Apresentou como resultado aspectos benéficos na atuação do psicólogo junto ao espaço escolar inclusivo, ao promover a escuta e as orientações nesse contexto, seja de forma individual ou em grupo, em sala de aula ou em organização de projetos. Conforme os autores (FONSECA; FREITAS e NEGREIROS, 2018), os alunos apresentaram melhoras, bem como as atitudes dos professores denotaram mudanças positivas. Dessa maneira, compreende-se que “a psicologia ultrapassa definitivamente o papel meramente classificatório que teve no passado e chega a uma posição dinâmica, comprometida com a emancipação, a autonomia e a cidadania dos estudantes” (OLIVEIRA, DIAS, 2016, p. 93).

Dando continuidade à procura por material que atendesse aos critérios de análise, trocou-se os descritores para “psicólogo e inclusão escolar”. Nesse momento, verificou-se que havia apenas uma produção, disposta no periódico *Psicologia Escolar e Educacional*.

Quadro 2: Descritor - psicólogo e inclusão escolar.

| PERIÓDICOS | PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. |
|---------------------------|---|
| Qualis: | A2 |
| Número de artigos: | 1 |
| Título/Ano de publicação: | Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual (2018) |
| Autores: | BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. |
| Resumo: | O objetivo do estudo foi operacionalizar a atuação do psicólogo-pesquisador no processo de inclusão escolar de estudantes com autismo (TEA) e deficiência intelectual (DI), a partir de intervenções aplicadas pelos professores e pais; e avaliar a aprendizagem de leitura e escrita do grupo experimental (exposto às intervenções) e controle. Participaram 14 estudantes, sete pais e nove professores. O procedimento envolveu o planejamento das intervenções, a capacitação com os agentes, aplicação das intervenções e supervisão pelo psicólogo, pós-teste e <i>follow-up</i> . Os desempenhos do grupo controle não apresentaram muitas variações entre pré e pós-teste. O grupo experimental passou de desempenho nulo para desempenhos maiores no pós-teste (leitura: 33%, 75% e 100% de acertos para os demais; escrita: 50%, 75%, 75% e 100% de acertos para os demais). A atuação do psicólogo contribuiu com a inclusão dos estudantes com DI e TEA, a despeito das práticas segregadoras realizadas com esse público, em décadas anteriores. |

Fonte: Autoras.

O artigo “Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual” trouxe uma pesquisa realizada com alunos incluídos dos anos iniciais da educação básica, os pais e os professores desses educandos. A amostra de participantes teve 14 alunos, 07 pais e 09 professores, correspondentes aos critérios adotados pelos pesquisadores. O estudo contou com um grupo experimental e um grupo controle, sendo realizados testes de leitura e escrita dos alunos com autismo e deficiência intelectual. Conforme a escrita, o grupo que foi exposto à atuação do psicólogo apresentou melhoras,

sendo trabalhado com uma “programação de ensino detalhada em pequenos passos, com fornecimento de consequências imediatas para o acerto, ensino individualizado, respeitando o ritmo de aprendizagem individual de cada estudante” (BENITEZ; DOMENICONI, 2018, p. 11). Também foi desenvolvida uma capacitação de pais e professores para a aplicação e acompanhamento das tarefas escolares, promovida pelo psicólogo-pesquisador. Essa prática é benéfica e as formações são o caminho pontual para mudanças no universo das instituições de ensino, pois há, na maioria das vezes, uma marca registrada dessas experiências, ficando o “cuidado de muitos professores em planejarem suas aulas de forma mais acessível” (LUZ, 2016, p. 103).

Na terceira tentativa de busca, trocou-se apenas a palavra psicólogo, do descritor ‘psicologia escolar e educação inclusiva’, por psicologia, ficando apresentado da seguinte forma: ‘psicologia e inclusão escolar’. O resultado dessa busca foram cinco achados.

Quadro 3 – Descritor: psicologia e inclusão escolar.

| NOMES DOS PERIÓDICOS | PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO | PSICOLOGIA EM ESTUDO | PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL |
|--------------------------|---|---|---|
| Qualis: | B1 | A2 | A2 |
| Número de artigos: | 2 | 1 | 2 |
| Título/Ano de publicação | Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar (2016) | Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto (2014) | Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar (2016) |
| Autores: | BRAZ-AQUINO, F. de S.; FERREIRA, I. R. L.; CAVALCANTE, L. de A. | MACEDO, M. del C. S. R.; AIMI, D. R. S.; TADA, I. N.C.; SOUZA, A. M. de L. | LIMA, A.; MARQUES, A. P. dos S.; LIMA, A. H. dos S.; LOBATO, G. C. |
| Resumo: | A literatura refere que, embora a matrícula e permanência de todo e qualquer aluno seja assegurada por inúmeros | Este artigo aborda a temática da inclusão e sua relação com o contexto escolar a partir de um estudo teórico, buscando aproximações com o | A primeira proposta deste trabalho é debater o tema inclusão no ensino superior a partir da prática profissional das estagiárias do serviço de estágio em |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | <p>dispositivos jurídicos, verificam-se, no contexto brasileiro, atrasos e desafios para alcançar uma inclusão escolar satisfatória. Observa-se, muitas vezes, a inserção de crianças com necessidades educacionais especiais sem que a escola desenvolva condições físicas e de apoio favoráveis para recebê-las ou sem que objetive potencializar as habilidades dessas crianças. Frente ao exposto, considerou-se pertinente analisar concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes da cidade de João Pessoa acerca da inclusão escolar. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, baseadas na literatura da área escolar, com quinze psicólogos e quinze docentes de escolas públicas. Os resultados revelaram que, embora a maioria dos docentes e psicólogos mostre-se favorável à inclusão escolar, suas ações ainda se encontram distantes da perspectiva</p> | <p>materialismo histórico-dialético. Inicialmente, expõe-se a constituição histórica dos movimentos sociais nacionais e internacionais com vistas à defesa dos direitos humanos. Em seguida, discute-se a institucionalização do acesso e permanência da pessoa com deficiência nos sistemas escolares e as práticas atuais de exclusão nos contextos social e escolar. Finalmente, apresentam-se algumas reflexões sobre possíveis contribuições da Psicologia Escolar crítica para a diminuição do preconceito e da discriminação, possibilitando o oferecimento de educação de qualidade a todos, sem distinção. Como resultado, detectou-se a importância de estabelecer coletivamente estratégias para superar as limitações surgidas no cotidiano escolar que envolvem a informação e formação de novos posicionamentos que sejam realmente inclusivos.</p> | <p>Psicologia Escolar de uma Instituição de ensino superior (IES), localizada em Brasília-DF. Posteriormente, com base na emergência dessa demanda no interior da instituição, o presente relato pretende tratar da implantação de um Serviço de Atendimento às Queixas Escolares (SAQUE) nesse estabelecimento.</p> |
|--|--|---|--|

| | | | |
|--------------------------|---|--|---|
| | inclusiva defendida por pesquisadores e profissionais que se debruçam sobre esta questão. | | |
| Título/Ano de publicação | Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros (2015) | | Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências |
| Autores | BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. | | OLIVEIRA, A. L. de M. RESENDE, M. C. de |
| Resumo: | <p>O processo de inclusão escolar envolve diferentes agentes educacionais. A atuação conjunta entre tais agentes demonstra resultados promissores, em relação à aprendizagem social e acadêmica. O presente manuscrito teve como objetivo mapear estudos brasileiros publicados em periódicos nacionais, avaliados com Qualis A1 e A2, nas áreas de Psicologia e Educação, que investigaram a atuação dos agentes educacionais em relação à inclusão escolar e discutir as principais contribuições desses achados. Foram estabelecidos quatro critérios para a realização do levantamento sistematizado. De 733 periódicos, foram selecionados</p> | | <p>Considerando o aumento da atenção para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, torna-se fundamental para os futuros professores, ou seja, os alunos dos cursos de licenciatura, compreenderem como as pessoas com deficiência percebem sua vida, ajustam-se, vivem o dia a dia e participam da vida em comunidade. Este trabalho se propõe a relatar as oficinas vivenciais do projeto "Vivenciando a Deficiência: (des)educando para incluir", realizada junto a 638 alunos matriculados na disciplina Psicologia da Educação, na Universidade Federal de Uberlândia (MG). As oficinas foram realizadas por meio da vivência de simulação das deficiências, com os participantes se colocando no lugar do outro, com equipamentos que simulam deficiências</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>95 nacionais. Desses periódicos, 102 artigos nacionais foram recuperados com a busca por palavra-chave. 33 foram considerados resultados e classificados em estudos que contemplavam um objetivo experimental aplicado que envolvesse intervenção com qualquer agente em relação ao processo de inclusão escolar (n = 7) e descritivos que não tinham como objetivo a elaboração, implementação e/ou avaliação de intervenções relacionadas à inclusão escolar (n = 26). Oito contemplaram em alguma medida o envolvimento de distintos agentes em conjunto. São apontadas limitações e sugestões para trabalhos futuros. Os dados refletem sobre o papel dos diferentes agentes, de modo a assegurar o processo de ensino e aprendizagem dos aprendizes.</p> | <p>visuais e/ou auditivas. Na avaliação final, ficou explícito o compromisso em serem multiplicadores de acessibilidade e a necessidade de disciplinas que trabalhem, especificamente, os Direitos Humanos, das pessoas com deficiência, para a quebra de estereótipos.</p> |
|--|--|---|

Fonte: Autoras.

A escrita do material “Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar”, da Revista Ciência e Profissão, enunciou, por meio de entrevistas com 15 professores e 15 psicólogos escolares, que atuam em escolas públicas com inclusão na cidade de João Pessoa-PB, o que esses profissionais pensam sobre as suas práticas. As pesquisadoras Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016) realizaram entrevistas semiestruturadas com os participantes do estudo, cuja análise de resultados apontou que ainda há profissionais com conhecimentos superficiais sobre o processo inclusivo. Os sujeitos da pesquisa reconheceram a importância de se incluir os alunos público-alvo da Educação Especial, mas demonstraram frustrações, pois, na prática, não se sentem embasados para desenvolverem um trabalho efetivo com esse alunado.

Em relação à inclusão, vários foram os desafios apontados, não apenas para o professor da sala regular, mas também para os psicólogos escolares, tanto no que diz respeito a esse público específico quanto a todas as adversidades e situações que emanam do espaço escolar. Sobre isso, Silva et. al. comentam sobre o despreparo de alguns desses profissionais para a atuação frente “às demandas de uma sociedade emergente e plural” (2008, p. 141). Logo, as autoras falam da necessidade de maior formação para os profissionais da Psicologia Escolar, principalmente para atuarem com a inclusão. Sobre isso, Barbosa e Conti dizem que a formação inicial em Psicologia, para a educação inclusiva, ainda é muito restrita, tanto no Brasil quanto em outros países (2011, p. 238), o que vem a corroborar a necessidade de uma maior atenção para essa área de formação.

Na mesma revista, foi encontrado o artigo “Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros”, resultante de uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática em periódicos nacionais de Qualis A1 e A2, na área de Psicologia e Educação, sobre a importância de diferentes agentes educacionais no processo inclusivo. Os resultados apontaram o baixo número de artigos publicados com foco na temática, incitando a necessidade de se estudar de forma mais aprofundada a proposta. Dentre os tópicos salientados para a inclusão, estão a formação de professores, o papel do professor em sala de aula, condições de trabalho, formação continuada, recursos pedagógicos, a atuação do psicólogo escolar na consultoria colaborativa com o professor e o papel do educador especial, além da mediação da família (BENITEZ; DOMENICONI, 2015). Há uma coerência entre os autores que pesquisam o assunto, sendo que os fatores citados podem ser observados em leituras da área. No contexto internacional, também são apontadas a influência da capacitação

profissional, da falta de recursos e das diferentes barreiras, inclusive atitudinais (GOMES; SOUZA, 2011).

Já na Revista *Psicologia em Estudo*, foi identificado o texto “Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto”, o qual abordou a contribuição da Psicologia Escolar para amenizar questões que envolvem o preconceito e a discriminação de alunos com deficiência, por meio da humanização e da conscientização social e histórica. Nas considerações, as autoras chegam a uma perspectiva constantemente discutida no que diz respeito aos avanços já consolidados para a promoção dos direitos humanos. No entanto, os esforços precisam continuar. Vista como aliada, a Psicologia Escolar soma-se a esses esforços, considerando os alunos com deficiência como sujeitos sociais e históricos, que se beneficiam por meio das interações (MACEDO, et. al., 2014).

Sobre a Revista *Psicologia Escolar e Educacional*, evidenciaram-se duas produções. A primeira “Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar”, publicada por Lima et. al. (2016), tratou-se de um breve relato sobre a prática de estágio de Psicologia Escolar em instituição de ensino superior (IES) de Brasília-DF, envolvendo a temática da inclusão nesse nível de ensino. Esse reforçou o papel do psicólogo escolar na efetivação do processo inclusivo. Apesar de ser expressamente necessário esse desdobramento no ensino superior, a Psicologia Escolar, nesse nível de ensino, ainda é vista como um campo que não tem muita visibilidade, permeando dúvidas quanto a seu efetivo papel nessa etapa de escolarização (MOURA; FACCI, 2016).

Ao se considerar essa fase de escolarização, muitos fatores podem interferir na aprendizagem. Apesar de envolver um público jovem/adulto, as mudanças do nível de educação básica para o superior, implicando independência, responsabilidades, escolha profissional e construção de novos laços afetivos (SANTOS, et. al., 2015), também surtem efeitos que, em alguns momentos, podem levar à necessidade de um acompanhamento mais próximo. Além desses aspectos, a diversidade e a preocupação para além do ingresso, mas com a permanência dos acadêmicos, sustentam a relevância dessa atuação.

“[...] Esse contexto de expansão da educação superior apresenta um novo campo de atuação para a Psicologia Escolar e Educacional, uma vez que a realidade e as necessidades de negros, indígenas, população desfavorecida economicamente e pessoas com deficiência precisam ser conhecidas e apoiadas.” (SANTOS, et. al., 2015, p. 517).

Nesse sentido, tais publicações são válidas para se pensar nos mais variados níveis de formação, respeitando as individualidades e as necessidades educacionais e pessoais nas diferentes faixas etárias.

O outro artigo descoberto, intitulado “Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências”, descreveu a experiência promovida, em uma oficina sobre deficiência, com alunos da disciplina de Psicologia da Educação, promovida pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de Minas Gerais. O texto é oriundo de um projeto desenvolvido na referida instituição, ao longo de quatro semestres, entre 2014 e 2015, e teve o envolvimento do Instituto de Psicologia, da referida instituição, e da Associação dos Paraplégicos de Uberlândia (OLIVEIRA; RESENDE, 2017). Ao longo do desenvolvimento, as atividades permitiram que os acadêmicos se colocassem no lugar de pessoas com deficiência.

De acordo com os apontamentos apresentados ao final, os participantes avaliaram de forma positiva a proposta, afirmando que a experiência possibilitou repensar questões que envolviam as deficiências, como acessibilidade, direitos humanos, barreiras físicas e atitudinais. Colocar-se no lugar do outro é uma estratégia interessante. Ainda que de forma simulada, e por um período curto de tempo, a tentativa de mostrar o que as pessoas com deficiência vivenciam no dia a dia é instigante para ter um olhar mais atento as suas necessidades.

Quanto ao descritor “psicologia e processo educativo inclusivo”, nenhum artigo foi encontrado nas revistas que constituíram o estudo, assinalando, novamente, o baixo número de materiais publicados envolvendo a temática.

Ao analisar esse número de produções, constatou-se que, ao recorrer aos quatro descritores, todas as revistas pesquisadas apresentaram publicações para, pelo menos, um descritor. No entanto, acredita-se que essa quantidade é incipiente diante da realidade nacional e das demandas de atuação desse profissional, sendo que “foram poucos artigos que trataram de discutir a prática desenvolvida por profissionais inseridos nas instituições de ensino” (SANTOS *et. al.*, 2018, p. 588). O resultado total de publicações apresentadas revela a carência de escritas científicas sobre a atuação do psicólogo escolar e de sua atuação na educação inclusiva. Tal constatação sugere a necessidade de pesquisas sobre esse assunto,

aliada à necessidade da divulgação acerca desse trabalho e de suas implicações, abarcando nessa ação o aluno incluído e todo o espaço escolar.

A revista que apresentou maior número de materiais encontrados foi o periódico *Psicologia Escolar e Educacional*, com cinco escritas sobre o assunto. Ao refletir sobre esse dado, chama-se a atenção para o nome da revista que está voltada especificamente para a temática da *Psicologia Escolar*, o que pode justificar esse maior número de estudos publicados.

É interessante observar que, talvez, neste trabalho, a metodologia adotada e o uso restrito dos descritores, possam ter limitado os achados. Como bem enfatizado por Santos et. al. (2018), isso pode ocorrer quando se busca por periódicos nas plataformas, o que pode levar a mascarar o número verdadeiro de artigos publicados. Algumas vezes, o corpo do texto apresenta conteúdos que se aproximam do que está sendo pesquisado. No entanto, a forma de registro nas plataformas, ou a própria organização do título e do resumo, fazem com que o material não apareça no momento da busca. Com isso, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas, utilizando-se de outros descritores, distintos intervalos de tempo das publicações e ampliação dos Qualis Capes escolhidos.

As pesquisas que contemplaram as buscas voltaram-se para alunos das diferentes etapas de escolarização, desde a educação infantil até o ensino superior, o que reforça a necessidade de se pensar que a inclusão engloba diferentes faixas etárias. Para além da preocupação com a inclusão, a atuação do psicólogo escolar, nos mais variados espaços institucionais (MARINHO-ARAÚJO, 2016), é oriundo do reconhecimento da importância do trabalho nessa área. Ademais, depreende-se que, todos os alunos, desde a criança pequena até o adulto, demandam acompanhamento para o seu desenvolvimento global.

A partir das práticas e estudos relatados nos artigos encontrados, observa-se a tentativa de superar o olhar clínico e classificatório que traz a história da *Psicologia Escolar* (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). O percurso ainda demanda reflexões, mas é preciso reconhecer os avanços que vêm sendo destacadamente constituídos nos últimos tempos.

6 Considerações Finais

Pesquisas sobre inclusão são sempre relevantes, tendo em vista que, apesar de não serem recentes as discussões, ainda há muitos desafios a serem sanados quando se deseja incluir aqueles que, por muito tempo, ficaram à margem da sociedade. Indo ao encontro dessa perspectiva dialógica, esta escrita teve a pretensão de verificar o papel do psicólogo escolar na inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.

Tendo como respaldo o contexto atual em que foi aprovada a política nacional sobre a garantia da presença desse profissional nas escolas públicas, julgou-se pertinente ir em busca de periódicos que abordassem o tema, utilizando-se descritores que englobassem a Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva até o presente momento, chegando-se ao número de nove publicações.

Sobre o que foi apresentado nas pesquisas encontradas, afirma-se que o referido profissional assume papel de extrema relevância nos contextos inclusivos, pois pode contribuir de diferentes formas, seja na orientação das equipes educacionais e/ou no desenvolvimento de todo e qualquer aluno, não apenas daquele que apresenta necessidade educacional especial.

Os estudos estiveram voltados para a dinamização do trabalho do psicólogo no ambiente de aprendizagem, desde o contato com as crianças da educação infantil até o jovem/adulto do ensino superior. Esse fato explicita a ideia de que, mesmo em diferentes idades, podem ocorrer conflitos internos e externos, os quais podem vir a demandar o suporte desse profissional. As estratégias apontadas pelas pesquisas são diversificadas, dependendo do nível educacional no qual o psicólogo está atuando. Há sido algo em comum às publicações a recorrência de atividades em grupos, o que pode ser positivo para a efetivação da inclusão escolar.

A afirmação de que a Psicologia Escolar precisa respeitar e considerar o tempo de aprendizagem de cada aluno é coerente e vai ao encontro da perspectiva de inclusão, na qual se valoriza a individualidade de cada sujeito. Sobre essa relação com a inclusão, alguns dos artigos colocaram em pauta a necessidade de maior formação do psicólogo sobre o sujeito público-alvo da Educação Especial, o que não provoca estranhamento, afinal, sabe-se que esse conhecimento precisa ser levado para diferentes espaços.

A atuação do profissional da Psicologia, no contexto escolar, ainda é permeada por dúvidas, podendo ser percebido o olhar vinculado à clínica, à individualidade e à presença constante de testes psicométricos. Contudo, ao longo do texto, é evidenciado que outras estratégias são adotadas. Desse modo, o fazer do psicólogo escolar está em construção, devendo esse profissional reconsiderar sua prática, para que possa se engajar, em conjunto com professores, crianças, escola e família, na descoberta de formas que beneficiem a organização e a reorganização do aluno no processo educativo.

Ao se deparar com poucas pesquisas, emerge o anseio por divulgar o tema e suscitar outros leitores a quererem contribuir com tais conhecimentos. Afinal, é notória a relevância social que a Psicologia Escolar tem para o contexto educacional, compreendendo-se que sua contribuição está para além mesmo da inclusão.

Referências

- ALMEIDA, S. F. C de. O Psicólogo escolar e os impasses da educação: Implicações da (s) teoria (s) na atuação profissional. *In: PRETTE, Z. A. P. D. (org.). Psicologia escolar e Educacional: Saúde e qualidade de vida. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.*
- ANACHE, A. A. A pessoa com deficiência mental entre os muros da educação. *In: CAMPOS, H. R.(org.). Formação em psicologia escolar: Realidades e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.*
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**., v. 12, n. 2, p. 469-475, jul./dez. 2008.
- BARBOSA, A. J. G.; CONTI, C. F. Formação em psicologia e educação inclusiva: um estudo transversal. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 15, n. 2, p. 231-240, jul./dez., 2011.
- BARBOSA, R. J.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**., Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, jul./set., 2010.
- BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.
- BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, out./dez., 2015.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Brasília, 1999.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978.** Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Brasília, 1978.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Brasília, 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Brasília: 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019.** Brasília, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União Seção 1E, de 11 de outubro de 2001, p. 39-40. CNE/CEB. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.** Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRAZ-AQUINO, F. de S.; FERREIRA, I. R. L.; CAVALCANTE, L. de A. Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36 n. 2, abr./jun. 2016.

CASSINS, M. *et al.* **Manual de Psicologia escolar-educacional.** Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CHAVES, J. R.; SILVA, P. F. da.; CAVALCANTE, A. C. S. Na essência somos iguais, na diferença nos respeitamos: Estágio em Psicologia Escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n.3, set./dez. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil.** Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Enviada em 17 de outubro de 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em 12 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro nº 013/07.** 2007. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2007_13.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

COUTINHO, M. T. da C., MOREIRA, M. **Psicologia da Educação**: Um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para educação - com ênfase na abordagem construtivista. Belo Horizonte: Editora Lê, 2001.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z de M. **Psicologia na educação**. 6 ed. Revisada. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr., 2014.

FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24 n. 3, jul./set. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUZZO, R. (org.). **Psicologia Escolar**: LDB e educação hoje. São Paulo: Alínea. 2002.

GUZZO, R. *et al.* Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Campinas, v. 26, n. especial, p. 131-141, 2010.

LA TAILLE, Y. de. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. *In*: LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. 2. ed. São Paulo: Sammus, 1992.

LIMA, A., *et al.* Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação em Psicologia Escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20 n. 1, jan./abr, 2016.

LUZ, A; B. Psicologia na educação inclusiva em Paracuru no Ceará: Um processo de desconstruções e construções. *In*: RANSCHINI, R.; VIANA, M. N. (org.) **Psicologia Escolar**: que fazer é esse? Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016. 215 p.

MACEDO, M. D. C. S. R. *et. al.* Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 2, abr./jun. 2014.

MALUF, M. R. Formação e atuação do Psicólogo na educação: dinâmica de transformação. Em Conselho Federal de Psicologia (org.) **Psicólogo Brasileiro**: Práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. p. 157-200.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 33, n. 2, abr./jun. 2016.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S (Org) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, F. R. de; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 503-514, set./dez. 2016.

OLIVEIRA, A. L. de M.; RESENDE, M. C. de. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 2, maio/ago. 2017.

OLIVEIRA, C. B. E. de; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, n. 3, p. 648-663, 2009.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de; DIAS, S. de S. inclusão como contexto de transição de desenvolvimento: um olhar da Psicologia escolar. *In*: RANSCHINI, R.; VIANA, M. N. (org.) **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016. 215p.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGO, T. C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, A. S. dos. *et. al.* Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 3, set./dez. 2015.

SANTOS, G. M. dos. Atuação e práticas na Psicologia Escolar no Brasil: revisão sistemática em periódicos. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 3, set./dez., 2018.

SILVA, C. C. B. da; MOLERO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. A interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n.1, jan./abr. 2016.

SILVA, S. M. C. da; *et. al.* O Psicólogo Escolar e a Infância - uma experiência em escola pública. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 18, n. 31, jul./dez. 2008.

SOUZA, M. P. R. de. Reflexões a respeito da atuação do psicólogo no campo da psicologia escolar/educacional em uma perspectiva crítica. *In*: CAMPOS, H. R.(org.). **Formação em psicologia escolar: Realidades e perspectivas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: LEONTIEV, A. *et. al.* **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

WALLON, H. As origens do pensamento na criança. Tradução Doris Sanches Pinheiro e Fernanda Alves Braga. São Paulo: Manole, 1989.

Recebido em: 6/4/2020
Revisado em: 21/1/2022
Aprovado em: 29/3/2022